

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : COMPANHIA ENERGÉTICA DO
MARANHÃO-CEMAR
ADVOGADO : LYCURGO LEITE NETO - DF001530A
AGRAVADO : IVANILDE LOPES SANTOS PEREIRA
AGRAVADO : JOÃO DA CRUZ ALVES PEREIRA
ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO DE FARIAS GOUVEIA -
MA004702

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CHOQUE ELÉTRICO. MORTE DE MENOR. NEXO DE CAUSALIDADE. COMPROVAÇÃO. MONTANTE INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Rever o entendimento do tribunal de origem, de modo a averiguar a suposta ausência de nexo de causalidade, demandaria reexame de provas, providência vedada em recurso especial pela Súmula nº 7/STJ.
3. O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso.
4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator